

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 34 – 4 de junho de 2012

PJe-JT

CSJT e Enamat instituem primeira turma de multiplicadores nacionais do PJe-JT

O CSJT e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), mediante [Ato Conjunto](#), instituíram a 1ª Turma Nacional de Multiplicadores do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). O grupo será composto por magistrados e servidores de 1º e 2º graus, que vão atuar em ações de capacitação.

A criação da turma tem como objetivo atender os prazos dispostos no cronograma de implantação do sistema aprovado pelo CSJT, bem como atender a [Meta 15](#), estabelecida junto ao CNJ. A norma prevê a implantação, até o mês de dezembro deste ano, do módulo de 1º grau do PJe-JT em pelo menos 10% das Varas do Trabalho de cada um dos 24 TRTs e do módulo de 2º grau em todos os Regionais.

A 1ª Turma de Multiplicadores será subdividida em cinco equipes que vão atuar nas cinco regiões geográficas. As equipes serão formadas por um desembargador, um juiz, quatro servidores de 1º grau e quatro servidores de 2º grau. Todas as ações de capacitação serão acompanhadas e orientadas pelo CSJT e Enamat, que também serão responsáveis pelos conteúdos. A Turma deverá, ainda, cumprir o cronograma de capacitação já definido para a implantação do PJe-JT em toda a Justiça do Trabalho.

A força nacional será incumbida de treinar magistrados e servidores das unidades pilotos. Também serão capacitados multiplicadores regionais indicados pelas Escolas Judiciais e áreas de capacitação. Esses multiplicadores regionais, por sua vez, difundirão o conhecimento adquirido, treinando usuários em suas respectivas regiões.

(Noemia Colonna/CSJT)

CSJT

Seminário aborda prevenção da saúde de servidores da JT

Encerrou-se dia 30 de maio o “Seminário sobre Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças Ocupacionais”, promovido pelo CSJT. Na abertura, a vice-presidente, ministra Maria Cristina Peduzzi, defendeu a importância de se implementar medidas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no âmbito da Justiça do Trabalho. “É imprescindível reconhecer que a prevenção é menos onerosa aos cofres públicos do que os gastos advindos de reparações de acidentes de trabalho. Esta é uma questão a ser tratada institucionalmente”, afirmou.

Sustentabilidade na JT

Justiça do Trabalho na Rio+20 lança hot site

Está disponível a partir de hoje, dia 4 de junho, o hot site da Justiça do Trabalho na [Rio+20](#), a [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável](#), que terá lugar no Rio de Janeiro, de 13 a 24 de junho.

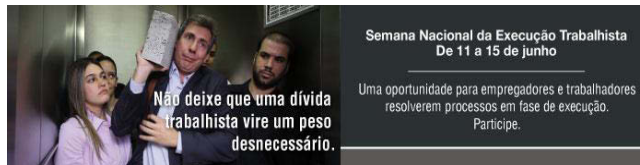
Na página, que pode ser acessada pelo endereço www.tst.jus.br/tst-na-rio-20/inicio, podem ser encontradas informações sobre os programas e ações que serão apresentados na Conferência, tais como o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), o Programa Trabalho Seguro, o Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho e o Programa Sustentabilidade Solidária, que lista as ações de toda a JT na área de desenvolvimento sustentável. Logo na primeira página, é possível se cadastrar para receber por e-mail os catálogos e informações sobre cada um dos programas.

Também são apresentados dados sobre a conferência, a localização do estande da Justiça do Trabalho e a agenda de eventos que a Justiça do Trabalho irá promover. Estarão disponíveis ainda o catálogo que será distribuído sobre nossos programas e ações, assim como produtos tais como peças publicitárias e publicações referentes aos projetos.

(Marta Crisóstomo/TST)



Notícias



Faltam sete dias para a Semana Nacional da Execução Trabalhista

Falta apenas sete dias para a abertura da 2ª Semana Nacional da Execu-

ção Trabalhista. De 11 a 15 de junho, magistrados e servidores dos 24 TRTs se dedicarão, exclusivamente, à avaliação de processos em execução, fase em que se impõe o cumprimento do que foi determinado pela Justiça, o que inclui a cobrança forçada feita a devedores para garantir o pagamento de direitos. Nos cinco dias do evento, serão utilizados vários instrumentos para acelerar a solução dos litígios. Será realizado ainda um grande leilão nacional no último dia.

Preparativos - Os gestores regionais de execução finalizam os preparativos para o mutirão. O TRT da 23ª Região (MT), por exemplo, manterá um plantão no setor de Contadoria Judicial, entre outras medidas. “Durante toda a semana haverá plantão permanente da Contadoria Judicial para atualização de valores com a finalidade de homologação de acordos, havendo preferência dos cálculos sobre os demais processos”, explica o juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior.

O TRT da 15ª Região (Campinas) optou por fazer a já tradicional Semana Regional de Conciliação, realizada desde maio de 2008, paralelamente à 2ª Semana Nacional de Execução Trabalhista. Segundo o Serviço de Estatística e Informações do Tribunal, Campinas fechou o ano de 2011 com 288.550 processos em fase de execução, um índice 24,34% menor do que 2010, cujo saldo foi de 358.802. Acompanhe os preparativos dos demais Tribunais em: www.csjt.jus.br/execucao

No TST, a recomendação da Presidência é para que os ministros priorizem o julgamento de recursos ajuizados em processos em fase de execução. A medida atinge cerca de cinco mil dos 131 mil processos que aguardam julgamento no TST.

(Patrícia Resende/CSJT e Noemia Colonna/CSJT)

Ato disciplina aplicação de recursos do programa Trabalho Seguro

A Presidência do TST e do CSJT, mediante o Ato Conjunto TST/CSJT nº 14, disciplinou a aplicação de recursos para custeio das ati-



Para a ministra, acidentes de trabalho constituem um dos mais graves problemas existentes nas relações trabalhistas no país. “A Justiça do Trabalho tem que dar o exemplo e precisa ter compromisso com a saúde de seus próprios servidores”, declarou a uma plateia de especialistas das áreas de saúde, engenharia, planejamento estratégico e gestão de pessoas vindos dos 24 TRTs.

O seminário faz parte de um conjunto de medidas tomadas pelo CSJT para o cumprimento da **Meta 14** que prevê a implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das unidades judiciárias da Justiça do Trabalho. As discussões também tiveram como base a **Resolução CSJT nº 84/2011**, que dispõe sobre as diretrizes a serem seguidas pela Justiça do Trabalho no cumprimento de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças no âmbito dos Regionais.

Ao final do evento, foram definidas ações e estratégias para a aplicação das medidas a serem tomadas por toda a Justiça do Trabalho, no combate a acidentes e doenças ocupacionais. Os TRTs criarão uma comunidade virtual para discutirem as ações na área de medicina e segurança do trabalho. Além disso, foi instituída uma comissão para padronizar procedimentos.

(Noemia Colonna/CSJT)

CSJT uniformiza vocábulos de tratamento para magistrados

Em resolução aprovada dia 25 de maio, o CSJT decidiu uniformizar os vocábulos de tratamento dispensados aos magistrados de primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho. A partir de agora, as denominações serão “Juiz do Trabalho Substituto”, “Juiz Titular de Vara do Trabalho” e “Desembargador do Trabalho”. Veja [aqui a matéria completa](#).

Fale com o presidente

caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 34 – 4 de junho de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

vidades do **Programa Trabalho Seguro**, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho.

Em 2012, foram destinados R\$ 2 milhões. Os valores serão repassados aos TRTs mediante crédito suplementar e serão distribuídos de acordo com o porte do Tribunal (grande, médio e pequeno), conforme critérios adotados pelo relatório Justiça em Números, do CNJ. O TST disporá de até 25% do montante para o desenvolvimento de ações próprias ou em parceria.

As ações regionais deverão ser voltadas a atividades como colaboração com políticas públicas, educação para prevenção, compartilhamento de dados e informações, estudos, eventos científicos, como palestras, painéis, debates e congressos, e pesquisas. Na relação de elementos e subelementos de despesas consta a concessão de diárias, aquisição de material de consumo, premiações, contratação de serviços técnicos e de treinamento, além de aquisição de mobiliário ergonômico.

A fixação de valores orçamentários para implementação de ações do programa consolida sua institucionalização e reforça sua importância para a Justiça do Trabalho. Neste mesmo caminho, a previsão é contar com R\$ 5 milhões para investimentos exclusivamente no Programa Trabalho Seguro no orçamento de 2013. Os processos administrativos que tratam das despesas executadas para atendimento do programa Trabalho Seguro serão avaliados nas auditorias ordinárias realizadas pelo CSJT.

(Patrícia Resende/CSJT)



Trabalho escravo é o primeiro tema da série de matérias especiais publicadas no site do TST.

A partir do final de maio, o site do TST passou a publicar matérias especiais com temas sensíveis à sociedade e alvos de decisões importantes na Justiça do Trabalho. O primeiro tema abordado é o trabalho escravo, motivo de grande discussão no país, principalmente após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da **PEC 438/01**. Veja [aqui a íntegra da matéria](#).

O tema é recorrente na pauta de julgamentos do Tribunal. Nesta segunda-feira, dia 4 de junho, a sessão do Órgão Especial julga o mais recente dos diversos recursos interpostos no processo que confirmou a maior condenação no Brasil por danos morais coletivos por prática de trabalho análogo ao de escravo. O grupo alagoano Lima Araújo Agropecuária foi condenado a pagar R\$ 5 milhões após o resgate de 180 trabalhadores das fazendas Estrela de Alagoas e Estrela de Maceió, na cidade de Piçarras (PA), pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Veja [aqui matéria publicada no site](#) sobre o assunto.

(Augusto Fontenele e Rafaela Alvim/TST)

Site do TST está disponível em nova versão especial para tablets e celulares

Já está à disposição dos usuários de aparelhos portáteis como tablets, celulares, smartphones, palmtops, a versão atualizada do novo Portal Móvel do TST, com visual diferente e mais funcionalidades. O objetivo do Portal Móvel é possibilitar o acesso às notícias do Tribunal, jurisprudência, consulta processual, diário eletrônico e pedido de preferência, de forma mais ágil e fácil de navegar.



De acordo com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TST (SETIN), o Portal Móvel, disponível aos usuários desde o ano passado, apresenta algumas diferenças em relação à “versão clássica” do site. Os conteúdos foram adaptados devido ao tamanho reduzido dos dispositivos móveis, e algumas informações ganharam destaque. “Foram analisados os itens mais acessados pelos usuários do site do TST, por isso o Portal Móvel apresenta funcionalidades específicas, com uma identidade visual diferente, mais enxuta”, explica Cláudia Fernandes, analista de sistemas do TST.

O acesso à nova versão do Portal é feito automaticamente. Quando o interessado digita o endereço www.tst.jus.br, o próprio site identifica que se trata de um tablet, celular ou smartphone, e direciona a navegação para o Portal Móvel. Mas, se o usuário não quiser utilizar a nova interface, basta clicar no link “versão clássica”, disponível na parte inferior da página inicial.

(Ricardo Reis e Marta Crisóstomo/TST)